



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

7º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

1 Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às nove horas e trinta
2 minutos, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, teve início a
3 7ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Na
4 Presidência da Reunião estava o Secretário Executivo do CERH, o Diretor de
5 Recursos Hídricos Manoel Imbiriba Júnior e no assessoramento da reunião
6 estavam a Sra. Aline Meiguins e o Sr. Vinicius Soares. Constavam os
7 Conselheiros: Jorge Abílio Coutinho Chaves da Secretaria de Estado de
8 Integração Regional – SEIR; Almério Dutra da Secretaria de Estado de Saúde
9 Pública – SESPA; Joana Ferreira da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
10 Urbano e Regional – SEDURB; Osvaldo Matos da Secretaria de Estado da
11 Agricultura – SAGRI; Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira da Secretaria de Estado
12 de Projetos Estratégicos – SEPE; Arnaldo Guerreiro da Administração das
13 Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR; Luiz Augusto Nogueira Moura da
14 Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA; Raimundo Nonato M. de
15 Vasconcelos da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA; Gerciane
16 Bitar da Federação dos Municípios do Estado do Pará – FAMEP; João Batista
17 Marcelo de Lima da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM;
18 Vera Maria Nobre Braz do Centro de Ensino Superior do Pará – CESUPA;
19 José Maria Lopes Oeiras do Centro de Estudos e Práticas de Educação
20 Popular - CEPEPO; Rafael Caldeira Magalhães dos ARGONAUTAS; Francisco
21 de Assis Matos de Abreu do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
22 Agronomia do Estado do Pará – CREA/PA; Jorge Luiz C. Magalhães da
23 Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – SEPAq. Justificaram ausência
24 os seguintes conselheiros: João Weyl, da Secretaria de Desenvolvimento,
25 Ciência e Tecnologia – SEDECT; Aprígio da Silva, da Federação dos
26 Municípios do Estado do Pará – FAMEP; Ana Rosa Baganha Barp, da
27 Universidade Federal do Pará – UFPA; Hito Braga de Moraes, da Faculdade
28 Ideal – FACI; Rita de Cássia M. Moreira, da Companhia Paraense de Turismo
29 – PARATUR. Participaram da reunião como convidados a Sra. Aparecida Yacy
30 Pinto da Procuradoria Geral do Estado – PGE e o Sr. Osvaldo Mateus Coelho
31 da Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN. O Secretário Executivo do
32 Conselho, Manoel Imbiriba Júnior, abriu a reunião agradecendo a participação
33 dos conselheiros no Fórum Social Mundial 2009, realizado em Belém, onde a
34 Diretoria de Recursos Hídricos participou de debates relacionados às águas
35 em parceria com o Ministério Público, FETEGRI e Fórum Nacional dos Órgãos
36 Gestores de Águas. Em seguida, Manoel Imbiriba fez a leitura das justificativas
37 de falta dos conselheiros que as encaminharam. Após a abertura, passou-se
38 ao item 2 da pauta, Informes Gerais, iniciando-se pela Revisão das Atas. Aline
39 Meiguins relatou que houve uma falha na administração das Atas das reuniões
40 de 2008. Informou que foi repassada a uma terceira pessoa a responsabilidade
41 das transcrições, que por sua vez atrasaram logo no primeiro semestre,



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

7º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

42 ocasionando um efeito cascata, onde todas as demais Atas começaram a
43 atrasar. Informou ainda, que o aparelho gravador de áudio das reuniões
44 começou a falhar até sua inutilização, fazendo com que o registro das Atas
45 fosse baseado, em boa parte, pelas anotações manuais das reuniões, gerando
46 Atas bastante sintéticas listando apenas os principais pontos discutidos. Aline
47 explicou que foram repassadas as Atas da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Reuniões
48 Ordinárias para que os conselheiros pudessem analisá-las e se necessário
49 encaminhar para a Diretoria de Recursos Hídricos as alterações e correções
50 propostas. Manoel Imbiriba sugeriu que as Atas fossem analisadas pelos
51 conselheiros e que na próxima Reunião fossem lidas e aprovadas, os
52 conselheiros concordaram. Aline Meiguins entrou no segundo ponto dos
53 Informes Gerais, a Composição do CERH. Informou que o Conselho iniciou
54 suas atividades oficialmente em março de 2007, no entanto houve apenas uma
55 reunião no primeiro semestre e três no segundo, sendo que na segunda
56 reunião, a apresentação da Agência Nacional das Águas tomou todo o tempo,
57 e nas outras duas reuniões do segundo semestre foram dados
58 encaminhamentos ao Regimento do Conselho, ou seja, efetivamente os planos
59 de trabalho foram iniciados somente no ano de 2008 com reuniões regulares,
60 porém, conforme o regimento, o mandato de dois anos se encerra em março
61 de 2009, portanto será necessário o mesmo processo ocorrido para a
62 formação do CERH. Informou que as instituições governamentais terão apenas
63 que encaminhar a manutenção de suas representações, enquanto que para o
64 setor usuário, será lançado um edital e aguardado que sejam encaminhadas
65 as representações, esperando-se que este setor se auto-organize. Para as
66 Instituições de Ensino e Pesquisa, Organizações da Sociedade Civil,
67 Associações Profissionais e dos Consórcios será lançado um edital, havendo
68 um dia em que todas as instituições que se candidataram reunir-se-ão e
69 apresentarão o perfil de suas instituições e escolherão o representante da
70 categoria, sendo que a SEMA atuará apenas como moderadora do processo.
71 Aline Meiguins informou que todas as Instituições que se candidatarem terão
72 que ter atuação comprovada na área de Recursos Hídricos conforme edital.
73 Informou também que a próxima reunião do CERH no ano será Extraordinária
74 ainda com a formação atual com o intuito de que se feche o processo de
75 transição, e que a 2ª Reunião Ordinária ocorrerá já com a nova formação do
76 Conselho. Relatou que nas Câmaras Técnicas não haverá ainda a
77 reformulação dos componentes, visto que estas foram criadas somente em
78 novembro de 2007, ou seja, a atual composição será mantida até novembro de
79 2009. Manoel Imbiriba relatou que sempre houve um procedimento de não se
80 burocratizar o Conselho, no entanto tem-se que obedecer ao regimento,
81 informando que o Sr. Osvaldo Mateus Coelho, representando a Conselheira
82 Suplente Telma Oliveira não teria sua participação validada como Conselheiro



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

7º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

83 representante da SETRAN, no entanto poderia participar como convidado. Em
84 seguida, o Secretário Executivo leu o nome de todos os membros titulares e
85 suplentes que compõem o CERH e suas referidas Instituições, e solicitou que
86 fossem providenciadas, o mais rápido possível, as indicações e solicitações
87 referentes ao processo de reformulação citado anteriormente pela Sra Aline
88 Meiguins, visando evitar problemas semelhantes aos ocorridos no processo de
89 formação do referido Conselho. Após os Informes Gerais, foi dada seqüência a
90 Pauta e partiu-se para o Item seguinte, Apresentação dos documentos
91 encaminhados ao CERH pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e
92 Institucionais - CTIL para Deliberação, sendo o documento em questão a
93 Minuta de Resolução que Dispõe sobre os usos que independem de outorga.
94 Manoel Imbiriba convidou a sentar-se a mesa o Presidente da CTIL, o
95 Conselheiro Luiz Moura. Aline Meiguins lembrou a todos que a minuta foi
96 elaborada dentro da CTIL e finalizada em uma reunião em que todos os
97 conselheiros foram convidados a participar. Informou que devido a problemas
98 com a projeção, seria realizada por ela, a leitura do documento, e ao final de
99 cada parágrafo os conselheiros fariam suas colocações. Aline realizou a leitura
100 dos dois primeiros parágrafos e deixou em aberto para comentários dos
101 conselheiros. O Conselheiro Luiz Moura sugeriu, para um melhor
102 entendimento, uma alteração na pontuação do parágrafo que cita e enumera
103 as leis, sugestão esta aceita pelos conselheiros. Aline Meiguins realizou a
104 leitura o Art. 1º, Parágrafo Único e do Art. 2º. O Conselheiro Rafael informou
105 que considerou os 51 domicílios ou 400 habitantes, citados no Parágrafo
106 Único, um limite muito baixo para a isenção da Outorga e propôs um aumento
107 destes para pelo menos 70 domicílios. O Conselheiro Francisco Matos citou
108 que esta definição é fruto de uma análise estatística estabelecida pelo próprio
109 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Luiz Moura comentou
110 que este não seria o Fórum para esta discussão científica, frisou que o
111 documento está baseado em parâmetros estabelecidos, como informou o
112 Conselheiro Matos, e que duas Câmaras Técnicas já discutiram o assunto, ou
113 seja, que a posterior, após estudos e análises, poderiam estes valores serem
114 alterados, porém a princípio os valores atuais estariam adequados e que o
115 momento de discussões técnicas já ocorrera ao longo das reuniões das
116 Câmaras Técnicas. Luiz Moura sugeriu que fosse incluído no Parágrafo Único,
117 o objeto da consideração de limite máximo, que não estava contemplado no
118 mesmo. Aline Meiguins então, realizou a leitura do Parágrafo Único com a
119 alteração do Conselheiro Luiz Moura e perguntou se os demais conselheiros
120 estavam de acordo, o que foi confirmado. Em seguida, Aline Meiguins realizou
121 a Leitura do Art. 3º e abriu para as Considerações. O Conselheiro Jorge
122 Magalhães indagou como ficariam os aquicultores que teriam uma margem
123 delimitada de volume água para utilização nas suas atividades. Aline



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

7º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

124 respondeu que novamente entrar-se-ia em um assunto delicado que é o
125 estabelecimento de volumes. Informou que nos parágrafos referentes tanto a
126 derivações, acumulações, captações e lançamentos, há associação a uma
127 avaliação interna no Órgão Gestor, pois se precisa verificar quem é o pequeno
128 aquicultor, o grande aquicultor e os efeitos cumulativos de diversas ações da
129 aquicultura em um mesmo corpo hídrico, que se analisadas individualmente
130 representam algo, e analisadas de forma cumulativa representam uma outra
131 situação, no entanto com o amadurecimento do sistema de recursos hídricos e,
132 principalmente, com o melhor conhecimento dos sistemas hídricos, poderão
133 ser fechadas algumas situações específicas e trazidas para o Conselho para
134 discussão. O Conselheiro Francisco Matos sugeriu a substituição dos termos:
135 solicitar, solicitação, empreendedor e interessado, verificados no Art. 1º, Art.
136 2º, Art. 3º e 4º, e Art. 6º, por requerer, requerimento e requerente, sugestão
137 esta, aceita pelo Conselho. Aline Meiguins sugeriu que ao final do Parágrafo
138 Único do Art. 3º fosse incluída a obrigatoriedade, por parte do requerente, de
139 retornar a situação do sistema hídrico após o final do prazo estipulado no
140 mesmo. O Conselheiro Luiz Moura sugeriu também a inclusão das penalidades
141 no caso do descumprimento do disposto no referido Parágrafo. Em seguida, foi
142 decidido que o Parágrafo Único tornar-se-ia §1º e que as penalidades ficariam
143 em um §2º. Os conselheiros Nonato Vasconcelos e Francisco Matos
144 defenderam a inclusão de uma ressalva referente a possíveis renovações de
145 dispensa de Outorga devido ao descumprimento do prazo, desde que este
146 fosse justificável. Aline Meiguins e a Conselheira Vera Braz defenderam a não
147 necessidade desta inclusão, visto que nos casos em que houvesse a
148 possibilidade do atraso, deveria o requerente entrar diretamente com o pedido
149 de Outorga. Devido ao impasse sobre o porte e a duração das obras de infra-
150 estrutura citadas no §1º, determinou-se o termo mais adequado a ser utilizado,
151 ficando este da seguinte forma: obras emergenciais de infra-estrutura pública,
152 com prazo de execução estabelecido na emissão da Declaração de Dispensa
153 de Outorga; encerrando assim as discussões sobre o Art. 3º. Aline Meiguins
154 realizou a Leitura do Art. 4º e como nenhum dos conselheiros manifestou-se,
155 seguiu para a leitura do Art. 5º. O Conselheiro João Batista sugeriu a inclusão
156 do termo “natureza” junto ao termo “cálculo” na consideração sobre a carga
157 poluidora e a Conselheira Vera Braz sugeriu a substituição de Bacia
158 Hidrográfica por corpo hídrico, argumentando que a bacia hidrográfica é muito
159 ampla para que se faça a avaliação da demanda e disponibilidade hídrica para
160 um determinado lançamento. Em seguida, Aline Meiguins realizou a leitura dos
161 Art. 5º, 6º e 7º, onde não houve qualquer manifestação por parte dos
162 conselheiros. **O Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos**
163 **Hídricos, Manoel Imbiriba, colocou em votação a aprovação da referida**
164 **Resolução, sendo esta aprovada por unanimidade.** Foi dada sequência a



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

7º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

165 Pauta e passou-se ao item 4, Proposta de calendário para as Atividades do
166 CERH e suas Câmaras Técnicas no ano de 2009. Aline Meiguins relatou que
167 no andamento das atividades das Câmaras Técnicas no ano de 2008, devido
168 às seguidas reuniões ordinárias, os membros das mesmas ficaram
169 sobrecarregados quanto à agenda e impossibilitados de participarem de
170 reuniões menores para discutir assuntos específicos e de atividades
171 intercaladas, por falta de tempo disponível, e em virtude disto, foi proposto aos
172 conselheiros um Calendário em que as reuniões de Câmaras Técnicas
173 ocorreriam a cada dois meses, sendo este intervalo, o tempo para qualquer
174 das atividades citadas anteriormente. Informou também que as Reuniões do
175 Conselho obedeceriam ao mesmo critério do ano de 2008: reuniões a cada
176 três meses, sendo realizadas na segunda quinta-feira de cada um dos quatro
177 meses em que ocorrerão as mesmas. Manoel Imbiriba propôs que ao final das
178 próximas reuniões, sejam apresentadas por duas das instituições
179 componentes do Conselho, suas Políticas Setoriais, com o intuito de que
180 sejam coletivizadas e democratizadas as suas ações e atividades, sendo essa
181 apresentação realizada por um técnico ou pelo conselheiro ou pelo próprio
182 dirigente máximo da Instituição e com duração aproximada de 15 minutos. A
183 proposição foi aceita por todos e definiu-se que na próxima reunião as
184 instituições a realizarem a apresentação seriam a SEPAq e a FIEPA. Passou-
185 se então ao último item da Pauta, o que ocorrer. O Conselheiro Oswaldo Matos
186 distribuiu para todos os presentes o material de divulgação do FRUTAL
187 AMAZÔNIA 2009, fazendo uma breve apresentação do evento que ocorrerá no
188 período de 25 a 28 de junho de 2009 e desde já fez o convite a todos para
189 participarem do mesmo. O Conselheiro Nonato Vasconcelos fez um convite a
190 todo o Conselho para visita às Obras do Sistema de Captação de Água da
191 COSNAPA e ficou acertado que o Conselheiro verificaria a data adequada e
192 repassaria a Secretaria do Conselho que por sua vez repassaria aos demais
193 conselheiros. O Conselheiro Francisco Matos informou que em breve haverá o
194 lançamento da segunda edição do Prêmio CREA de Meio Ambiente e que
195 todos serão informados e convidados para esta cerimônia. A Conselheira Vera
196 Braz aproveitou para parabenizar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente,
197 por meio da Diretoria de Recursos Hídricos, pela participação no Fórum Social
198 Mundial 2009 em parceria com o Fórum Nacional dos Órgãos Gestores de
199 Águas. Em seguida, o Sr. Manoel Imbiriba agradeceu a presença e
200 participação de todos os presentes e deu por encerrada a Reunião.